

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.846 - RJ
(2019/0012817-8)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADOS : PEDRO DA COSTA MENDES OLIVEIRA DE MENEZES E OUTRO(S) - RJ159920
JOÃO MILWARD DE ANDRADE CARNEIRO - RJ167563
JOÃO MARCOS DE PAULA NUNES - RJ184557
CAROLINA AVELLAR MARANHÃO - RJ205649
EMBARGADO : SERGIO MARQUES DE SOUZA
ADVOGADO : LUANE CARACOCI COSTA - RJ133334

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A à decisão de fls. 335/336, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que "Em cumprimento ao despacho, a empresa Ré, em petição de 20.02.2019, juntou a Notificação, com a revogação de poderes, dos antigos patronos e a nova procuração, em fls. 315/316" (fl. 341).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Impende ressaltar que, em se tratando de procuração ao subscritor do recurso especial, ou ao subscritor do agravo em recurso especial, a regular cadeia de representação deveria estar demonstrada no momento da apresentação dos referidos recursos, o que não aconteceu no caso concreto, porque, a parte ora Embargante, no momento da interposição dos recursos, não procedeu à juntada da cadeia completa de

procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao referido subscritor.

Porém, o Código de Processo Civil abre a possibilidade de regularização posterior do vício de representação, nos termos do art. 76, c.c. o art. 932, parágrafo único.

Diante dessa premissa, foi percebido, nesta Corte, que a subscritora do agravo em recurso especial, Dra. Carolina Avellar Maranhão, não tinha procuração nos autos, razão pela qual houve a intimação da parte Embargante para que o referido vício fosse sanado (fl. 311).

Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte apenas trouxe a petição de fls. 313/331, em que junta aos autos nova procuração e substabelecimento, mas que não trazem o nome da causídica, subscritora originária, em nenhum dos documentos carreados. Assim, não houve a devida regularização do feito.

Veja-se que não basta, na petição de regularização, que a parte traga nova procuração, de advogados diversos dos subscritores anteriores, ratificando o ato processual pretérito. Essa providência é insuficiente, uma vez que trata de ratificação desconexa com os atos anteriores.

É vital perceber que a ratificação não é propriamente a realização de um novo ato, ignorando-se o ato que já foi praticado. Ratificar significa confirmar, reafirmar o que foi dito.

Dessa forma, a abertura de prazo para regularização da representação do subscritor do recurso, nesta instância especial, nos termos do art. 76, c.c. o art. 932, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, bem como nos ditames da interpretação conjunta do Enunciado da Súmula nº. 115/STJ, tem razão de ser no sentido de que a ratificação possível, nos termos da intimação para trazer aos autos a procuração dos subscritores anteriores, é uma complementação, uma reiteração de uma vontade já manifestada, uma confirmação do ato anteriormente praticado.

A possibilidade de saneamento, da correção de um defeito, não pode ignorar o ato já praticado, mas, ao contrário, tem que oportunizar a ratificação desse ato. Nesse sentido, a intimação para regularização é expressa no sentido que se traga aos autos a procuração dos subscritores originais, uma vez que o marco processual, que se leva em

consideração para fins de verificação de regularidade da representação processual, é o momento da interposição do recurso.

Assim, a regularização da representação processual que se considera válida deve guardar pertinência com o subscritores originários, não bastando a mera ratificação por outros procuradores.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente